



3881628



21260.202115/2023-41



## MINISTÉRIO DAS MULHERES

### ATA DE REUNIÃO

Aos 16 dias do mês de outubro do ano de 2023, às 15 horas, no Auditório Ana Paula Crosara, localizado no Edifício Parque Cidade Corporate, SCS B, Qd. 9, Lt. C, Torre A, 8º andar. Bairro Asa Sul, Brasília/DF, realizou-se a Primeira Reunião do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, instituído pelo artigo 5º do [Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023](#), sob a Presidência da representante do **Ministério das Mulheres, a Secretária Nacional de Enfretamento à Violência Contra Mulheres (SENEV), Denise Motta Dau, acompanhada da Secretária-Executiva do Ministério das Mulheres, Maria Helena Guarezi, da Diretora de Proteção de Direitos, Aline Yamamoto, e da consultora da ONU Mulheres, Wânia Pasinato.**

Conforme lista de presença (SEI 3871394) participaram as seguintes **titulares e suplentes do Comitê Gestor**: Ana Flávia Magalhães Pinto (titular, participação online) e Daniela Salomão Gorayeb (suplente), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Juliana Damasceno de Sousa (suplente) do Ministério de Planejamento e Orçamento; Sônia Barros (titular) do Ministério da Saúde; Ana Míria dos Santos Carvalho Carinhonha (suplente) do Ministério da Igualdade Racial; Isabel Seixas Figueiredo (titular) do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Danielle da Silva Santa Brígida (suplente) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Elis do Nascimento Silva (suplente) do Ministério dos Povos Indígenas. Estavam ausentes as membras da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e do Ministério da Educação.

Também estiverem presentes as seguintes representantes: Maria Gerlivia de Melo Maia (MS), Layla Carvalho (MIR), Ana Paula Franco (MDS), Tatiana Lemos (MEC), Jussara Soares (CGU), Jonathas Henrique Soares Rocha (CGU), Aline Santana (CGU). Da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, do Ministério das Mulheres, participaram: Adriana Matos Pereira, Camila Lima das Neves, Denise Teixeira, Kátia Azambuja, Pagu Rodrigues e Simone Souza.

A **Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Denise Motta Dau**, iniciou os trabalhos relatando a importância da instalação do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (PNPF) para a construção de ações efetivas de prevenção conforme eixos estruturantes previstos no Pacto. A Secretária apresentou a proposta do Ministério das Mulheres para o lançamento da primeira etapa do plano nacional de ações no mês de novembro, em alusão aos 21 dias de Ativismo pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Finalizou a fala justificando ausência da Ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, devido às atividades relacionadas ao lançamento da Iniciativa Brasil sem Misoginia, prevista para o dia 25 de outubro.

**A Secretária-Executiva, Maria Helena Guarezi**, representando, neste ato, a Ministra Cida Gonçalves, ressaltou a importância do compromisso e responsabilidade dos Ministérios integrantes do Comitê Gestor em elaborar e implementar ações efetivas para salvar vidas de mulheres, destacando o recorte racial, uma vez que meninas e mulheres negras estão mais vulneráveis a todas as formas de violência. Lembrou a mobilização de todas as pastas para as entregas anunciadas no Dia internacional das Mulheres em março deste ano, e o compromisso do Presidente Lula em eliminar os feminicídios. Reafirmou a importância da mobilização que está sendo encabeçada pelo Ministério das Mulheres no lançamento da Iniciativa Brasil sem Misoginia.

**A Diretora de Proteção de Direitos, Aline Yamamoto**, apresentou a pauta da reunião e iniciou a fala com um breve histórico sobre a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (v. apresentação - SEI 3871394), destacando os avanços e retrocessos, considerando que entre 2016 e 2022 esta política foi marcada pelo desinvestimento e a mudança de visão sobre o tema, voltada à proteção da família e focada na repressão dos crimes, afastando-se dos compromissos internacionais assumidos pelo estado brasileiro. Aline falou sobre o processo de construção do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, inspirada na experiência da então Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da república com o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado em 2007. Apresentou o desenho da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da atual gestão, com a retomada do Programa Mulher: Viver sem Violência (Dec. 11.431/2023) e a instituição do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Dec. 11.640/2023).

**A representante da ONU Mulheres, Wânia Pasinato**, apresentou o contexto de violência e assassinatos de mulheres, e falou sobre a importância de melhorar a produção de dados, informações e conhecimento sobre o assunto no Brasil. Ela discorreu sobre a mudança de paradigma que se pretende implementar por meio do Decreto, retomando as origens do conceito de femicídio/feminicídio, e a importância da abordagem focada na prevenção primária, secundária e terciária. Destacou também que o PNPf tem como eixos transversais a produção de dados, documentos e conhecimento.

**Aline Yamamoto** reforçou a importância da abordagem preventiva e lembrou que uma política centrada na resposta do sistema de segurança e justiça às violências contra as mulheres não mudará o grave cenário de feminicídios no país. Lembrou que alguns estudos identificaram que a esmagadora maioria das mulheres assassinadas não tinham registros policiais das violências, nem medidas protetivas a seu favor.

**Jussara Soares, representante da Controladoria Geral da União**, apresentou a atuação da CGU na modalidade de consultoria junto ao Ministério das Mulheres, com foco nas áreas de governança, controle interno e gestão de risco. Lembrou que o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, instituído pela gestão anterior, constava como política a ser monitorada pela CGU, e com a mudança de gestão foi firmada uma parceria entre CGU e MMulheres para auxiliar na elaboração do plano de ação e da matriz lógica do PNPf.

**Aline Yamamoto** apresentou o levantamento exploratório das iniciativas que já estão sendo implementadas por cada Ministério integrante do Comitê Gestor, e que se relaciona com a prevenção das violências de gênero e raça, a partir da análise dos Decretos dos 10 Ministérios e pesquisa no site dos Ministérios. Nesse ponto, a **representante do Ministério da Igualdade Racial, Ana Míria**, manifestou preocupação com esse levantamento exploratório, ao que foi respondido que se tem ciência da limitação desse levantamento, e que foi apenas um exercício preliminar, a

ser aprofundado a partir das reuniões bilaterais.

Aline apresentou o cronograma sugerido como próximos passos do Comitê para 2023, com a proposta de reuniões bilaterais com os demais Ministérios que compõem o Comitê Gestor para pactuar ações propostas na primeira etapa do Plano de Ações do PNPf.

Aberta a inscrição para considerações das membras do Comitê Gestor, a representante do **MIR, Ana Míria dos Santos Carvalho Carinhonha**, reforçou o interesse em contribuir para construção do plano de ações por sua trajetória como pesquisadora no tema e pediu prazo para envio de propostas e iniciativas do MIR. Expressou preocupação sobre a dificuldade de produção de dados com o recorte racial, especialmente para a elaboração e avaliação de políticas públicas.

A representante do **MJSP, Isabel Figueiredo**, reforçou o desafio que é inovar na política de prevenção aos feminicídios e comentou sobre um diálogo iniciado com MDHC para tratar de políticas reparatórias. Colocou-se à disposição para realizar a reunião bilateral com MJSP na semana seguinte.

A representante do **MPO, Juliana Damasceno de Sousa**, destacou que o MPO não é Ministério finalístico, e sim meio, e pautou a importância da questão orçamentária nas ações relativas à prevenção das violências contra mulheres, e citou como exemplo uma reunião interministerial que tratou da lei que cria uma pensão para os órfãos das vítimas de feminicídio. Reforçou o compromisso da Ministra Simone Tebet em viabilizar essas ações em parceria com o Ministério das Mulheres e destacou que o MPO pode auxiliar no monitoramento das ações do PPA 2023/2027, tendo em vista a agenda transversal de mulheres.

A representante do **MGI, Ana Flávia Magalhães Pinto**, colocou-se à disposição para revisar as ações do MGI objetivando reunião bilateral, sugerindo que aconteça na semana seguinte.

A representante do **MPI, Elis do Nascimento Silva**, informou a parceria com o Ministério das Mulheres no âmbito do Projeto Guardiãs e do Acordo de Cooperação Técnica firmado na III Marcha das Mulheres Indígenas.

A representante do **MS, Sonia Barros**, falou sobre a importância de uma articulação e diálogo interno com as diversas áreas dentro MS antes de reunião bilateral com o MMulheres, reforçando o comprometimento da Ministra Nísia com a temática de gênero e todas as formas de violência contra mulheres. Lembrou que a política de saúde mental se insere no escopo da promoção da saúde integral.

Feitas essas considerações, a Coordenadora **Kátia Azambuja**, da SENEV, apresentou o Regimento Interno do Comitê Gestor do PNPf, que havia sido compartilhado por email previamente à reunião, a todas as membras do Comitê Gestor. Após leitura conjunta, e observação da representante do **MGI, Ana Flávia Magalhães Pinto**, sobre a importância de uniformizar e ajustar a redação do documento para adoção da flexão de gênero nas proposições, e em alguns casos, para o uso do pronome feminino, por consenso, houve aprovação do regimento interno, ficando a SENEV encarregada de fazer os referidos ajustes.

Após sugestão da **Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Denise Motta Dau**, e concordâncias das membras presentes, a SENEV irá contatar as respectivas titulares e suplentes do Comitê Gestor para agendar as reuniões bilaterais e acordaram que a data para a segunda reunião (extraordinária) do Comitê Gestor será dia 16/11/2023 (quinta-feira), pela manhã.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às 17h30, da qual, para constar, eu, Aline Yamamoto, lavrei a presente Ata.

Submetida à aprovação do Comitê Gestor, a Ata foi aprovada sem restrições.

*assinado eletronicamente*

**ALINE YAMAMOTO**

Diretora de Proteção de Direitos  
Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres

*assinado eletronicamente*

**DENISE MOTTA DAU**

Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres



Documento assinado eletronicamente por **Aline Yamamoto, Diretor(a)**, em 22/11/2023, às 07:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Motta Dau, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres do Ministério das Mulheres**, em 22/11/2023, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3881628** e o código CRC **BAB48F3D**.

**Referência:** Processo nº 21260.202115/2023-41

SEI nº 3881628